



A IMPORTÂNCIA DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL DE PALMAS.

THE IMPORTANCE OF ROOMS OF MULTIFUNCTIONAL RESOURCES IN THE EDUCATIONAL SYSTEM OF PALMS.

Rosinalva Santos de Oliveira¹
Sandra Rodrigues dos Santos²

RESUMO: O presente trabalho faz uma abordagem sobre a importância das Salas de Recursos multifuncionais no Sistema Educacional de Palmas. O estudo do objeto realça questões que são inerentes ao ensino-aprendizagem dos alunos com Necessidades Especiais, ou seja, alunos com Deficiências, apontando a importância da existência desse ambiente pedagogicamente estruturado e pensado para esse público alvo, os familiares e professores envolvidos com os alunos citados também são apoiados e ajudados superando suas limitações no apoio a esses alunos lá na Sala de aula no Ensino Regular. Para alguns pode parecer impossível, mas para quem é envolvido no processo torna-se significativa o papel que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desenvolvem dentro das Escolas ou nos Núcleos. Diante disso, este estudo busca mostrar que as Salas de Recursos Multifuncionais são fundamentais para o pleno desenvolvimento desses alunos e ampliar a cada dia essas salas é a meta do Ministério da Educação em todo o Território Nacional e o Tocantins a cada ano busca cumprir essa meta. Assim as pessoas com deficiências como as demais, que necessita também de oportunidades para desenvolver suas potencialidades.

Baseado nesta pesquisa tem-se a confiança de que o desenvolvimento de ações que congreguem a esfera pública e a sociedade permitirá à pessoa com deficiência conquista seu direito ao trabalho, sua independência financeira, auto-realização e integração social.

PALAVRAS CHAVES: Educação, Sala de Recursos Multifuncional, Aprendizagem.

ABSTRACT: The present work makes an approach on the importance of rooms of multifunctional Resources in the Educational System of Palms. The study of the object highlights issues that are inherent in the teaching-learning of students with Special Needs, i.e. , students with Disabilities, pointing out the importance of the existence of such environment pedagogically structured and thought to this target audience, the relatives and teachers involved with the students cited are also supported and helped overcoming its limitations in support of these students there in the classroom in Regular Education. Moreover, this study seeks to show that the halls of Multifunctional Resources are essential for the full development of these students and expand each day these rooms is the goal of the Ministry of Education in the entire National Territory and the Tocantins every year search meet this goal. So the people with disabilities as well as the other, which also need opportunities to develop their potential. Based on this research has been the confidence that



the development of actions that bring together the public sphere and the society will allow the person with disabilities conquest your right to work, their financial independence, self-realization and social integration.

KEY WORDS: Education, Room Multifunctional Capabilities, Learning.

1. LEIS QUE REGULAMENTAM A IMPLANTAÇÃO DA SALA MULTIFUNCIONAL

A sociedade de modo geral desconhece as possibilidades e habilidades das pessoas diferentes, e injustiçadas socialmente, decompondo a deficiência em uma moléstia incurável, camuflando desse modo o potencial dessas pessoas e transformando os em um problema para a sociedade. A marca da deficiência é forte colocando as pessoas com deficiência auditiva, deficiência visual, e com deficiência mental ou física, sempre deixados de lado, em segunda opção.

As técnicas pedagógicas mal planejadas impedem um bom aprendizado dos alunos relacionado à unificação e a falta de adequação na diversidade experimentada no âmbito escolar. A inexistência de diagnóstico preciso, de profissional da área da saúde gera a frustração escolar em analogia aos índices de evasão.

Para dar suporte à inclusão, são apresentados programas, projetos, legislações excelentes, porém sem arrojo em ação, haja vista que no âmbito do governamental ocorre uma política pública de inclusão descomprometida com a sociedade.

De acordo com Fernandes (2006), esse contrassenso causou uma alteração do conceito e dos grupos que, careceriam de um conjunto de recursos e ajudas especializados, diversos daqueles normalmente propostos pela educação escolar, em decorrência de suas características de aprendizagem diferenciadas.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial vem ao encontro daqueles alunos com Necessidades Educacionais Especiais, que apresentarem no processo educacional dificuldade de se comunicar, interagir com outros indivíduos, estabelecendo a utilização de linguagens e códigos aplicados e técnicas apropriadas para cada realidade e métodos de ensino para os que possuem Altas Habilidades/superdotação, em grau mais elevado de assimilação ou restrições para acompanhar determinados conteúdos e atividades curriculares.



Afirma Kassar (1998), que o pensamento liberal surgiu historicamente na organização da Educação Especial, baseado na crença da deficiência como sendo um problema particular ou familiar, pela falta de adaptação do indivíduo com deficiência na sociedade, bem ainda, o descomprometimento do Estado com sua educação. Outro aspecto em que consensos são poucos possíveis refere-se ao papel da educação sobre sua oferta. Assim, o conhecimento teórico e prática acumulada pela educação especial podem estar a serviços da Escola e, portanto, disponíveis a todos os alunos e demais membros da comunidade escolar ou se configurar num conjunto de recursos e serviços dirigidos à população escolar que apresenta demandas que o ensino comum, tal qual não contempla.

Por outro lado, estamos num momento histórico em que mais e mais são expressas, em manifestações de diversa natureza, reivindicações, proposições e ações em prol da inclusão social, ao mesmo tempo em que assistimos à evolução da marginalização, tanto pela drástica redução do emprego formal quanto pelo empobrecimento, pela fome, pelas atrocidades que assistimos, às vezes, atônico e indignados.

De tudo, se pode concluir, se é possível qualquer nível de conclusão, que parece estarmos na contramão da história, quando nos referimos à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, clamamos pela assunção e respeito à diversidade, pela cooperação, pela concretização de projetos coletivos num mundo em que a uniformização, a competição e o individualismo parecem ser as razões maiores da existência humana.

1.1 Leis que regulamentam no Estado do Tocantins

LEI Nº. 1.360, de 31 de dezembro de 2002. Publicado no Diário Oficial nº. 1.347, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino, no art. 64, trata sobre a educação especial, a modalidade de educação oferecida, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino para educandos com Necessidades Especiais.

A Educação Especial estabelece conjunto de recursos pedagógicos e serviços de base que satisfaçam o direito à educação de todos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais. É considerados portadores de necessidades especiais os educandos detentores de características peculiares, com dificuldades, permanentes ou transitórias, para



o desenvolvimento do aprendizado. São conservados, nos casos necessários, os serviços de apoio especializados em categorias estruturais apropriadas às peculiaridades do público de educação especial.

O Atendimento Educacional acontece particularmente em Escolas Especiais ou serviços especializados, em função das condições exclusivas dos alunos, quando esse aluno não tiver condições de inserção nas classes de Ensino Regular.

A oferta de educação especial tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil, conforme preconizou na lei citado anteriormente.

O Sistema Estadual de Ensino garante aos educandos com necessidades especiais: currículos, metodologia, formas de ação, recursos educativos e organização específica; aceleração nos cursos destinados a finalizar em menos tempo o programa escolar para os portadores de altas habilidades intelectuais; professores com qualificação apropriada ao atendimento especializado ou do ensino regular habilitado para o envolvimento desses educandos às classes comuns, educação especial para as atividades laborais, visando sempre à efetiva integração do educando a vida em sociedade; o ingresso social aos benefícios dos programas sociais adicionais disponíveis para o nível de ensino regular; Conclusão especial para aqueles os que não atingiram o nível normal de aprendizado em razão de suas deficiências.

PORTARIA-SEDUC/TO nº. 6.271, de 11 de setembro de 2006, implanta, organiza o funcionamento do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, com a finalidade de promover e garantir a institucionalização, em nível de governo, do atendimento ao aluno cego e de baixa visão da Educação Infantil ao Ensino Superior; a capacitação de profissionais e demais recursos humanos da comunidade, visando à melhoria e à ampliação dos serviços e atendimento educacional especializado.

. Estabelece parâmetros para implantação, organização e funcionamento do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS, em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.



Contemplando ainda implantação, organização e funcionamento do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação - NAAH/S, em conformidade com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A Lei Nº. 2.139/2009, no art. 48, sobre a Educação especial é considerada como a modalidade de educação escolar ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino para educandos dos portadores de necessidades educacionais especiais, conforme preconiza o art. 48, da Lei nº. 2.139/2009. Estabelece no:

Art. 49. O Sistema Estadual de Ensino as segura aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas a esse público;
II - aceleração de estudos destinados a concluir em menor tempo o programa escolar para os portadores de altas habilidades intelectuais;
III - professores com qualificação adequada ao atendimento especializado ou do ensino regular capacitado para a integração desses educandos às classes comuns, na conformidade do art. 48 desta Lei;
IV - educação especial para o trabalho, com vistas à efetiva integração do aluno à vida em sociedade;
V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino; VI - terminalidade específica para os que não conseguirem o padrão normal de conhecimento em virtude de suas deficiências.

Pode-se considerar que na esfera estadual esses alunos têm seus direitos assegurados de acordo com as diretrizes do sistema federal. O que torna viável a legalidades da oferta no tangente a esse atendimento tão necessário a esses alunos é útil aos familiares.

1.2 Leis que regulamentam no Município de Palmas

Na procura pela materialização de um planejamento participativo, democrático e dialógico, foi disponibilizado o Plano Municipal de Educação de Palmas: Uma construção participativa, Democrática e dialógica, documento referência onde foi disponibilizado o levantamento de dados para o diagnóstico e a síntese das exposições atingidas durante as reuniões de estudos agenciados pela Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação. Agregando primeiramente à Comissão, o Grupo Articulador para



Instalação do Fórum Permanente da Educação de Palmas e, subsequente, o Fórum já implantado e nomeado, realizado em novembro de 2012.

No ano de 1993 foi confeccionado o Plano Decenal de Educação do Município de Palmas, por meio de uma comissão própria, mas em contrapartida não houve a participação ativa da sociedade, com tudo, não ocorreu aprovação em lei. Sendo assim, no ano de 2003, através da Portaria Municipal nº. 22/2003, nomeou-se a Comissão Organizadora para Coleta de Dados, Elaboração e Montagem do Plano Nacional de Educação (PME) em Palmas, mas sem plano de elaboração.

Já no ano de 2007, o Conselho Municipal de Educação de Palmas (CME), apresentou à Secretaria Municipal de Educação a Proposição nº. 001/2007, objetivando elaborar o Plano Municipal de Educação (PME), entretanto, referido o órgão executivo não avançou com o planejamento educacional.

No ano 2011, o Conselho Municipal de Educação de Palmas (CME) estabeleceu uma Comissão de Articulação para a Construção do PME, por meio da Portaria CME-PALMAS nº. 003/2011; e, esta tem efetivamente participado do processo começado no ano de 2012, através do Decreto nº. 266, de 17 de abril de 2012, que constituiu e nomeou a Comissão para Organização e Sistematização do Plano Nacional de Educação (PME).

Em decorrência a esse processo de discussão, surgiu o Fórum Permanente da Educação de Palmas (FPE-Palmas), instituído pela Lei nº. 1.911, de 10 de agosto de 2012, com a finalidade com vistas à participação na elaboração, no acompanhamento e avaliação tanto do Plano Municipal de Educação (PME) quanto dos demais planos decenais de educação.

A educação escolar é o resultado da união da educação básica e superior, estando à primeira composta pela educação infantil, ensino fundamental com o desígnio de desenvolver o educando, garantindo a formação comum imprescindível para o exercício efetivo da cidadania e provendo elementos para progressão no trabalho e em estudos futuros.

A política de inclusão das pessoas com deficiência na sala regular teve início no ano de 2005. Segundo dado do Censo Escolar, na Rede Municipal, obteve maior evidência a partir do ano 2007, com a criação da equipe multiprofissional da Educação Especial.



Com a parceria com o Ministério da Educação (MEC) a rede Pública Municipal, implantou o Atendimento Educacional Especializado, nas Salas de Recursos Multifuncional; promoveu formação para professores e a partir de 2013, no Núcleo de Atendimento Educacional Multiprofissional (NAEM) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), os educandos adquiriram atendimento clínico objetivando resultados positivos em relação ao desenvolvimento educacional.

Foi promovida a capacitação e a lotação de professores assistenciais a fim de assegurar o acesso e estabilidade dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular, à Rede Pública Municipal viabilizando-os, além do apoio e acompanhamento às Unidades Escolares (UEs) Palmense, à organização e adequação do Currículo e dos Métodos, por meio da equipe multidisciplinar da Gerência da Educação Especial e Diversidade.

Na Prefeitura Municipal de Palmas, também foi implantado no ano de 2006 o Projeto Educação Precoce, tendo como finalidade atendimento próprio à criança de zero (0) aos três (3) anos, no início do processo de relação no meio em que vive observando sempre as principais características: social, cognitivo, psicomotores, psíquicos, motivando o desenvolvimento infantil, dispondo de uma equipe multidisciplinar de várias áreas distintas tais como: fisioterapia, física, educação física, psicologia, nutrição, pedagogia e assistência social e, sobretudo com parceira efetiva das Universidades locais, por meio do corpo acadêmico.

Incumbe aos sistemas de ensino, disponibilizar os cargos de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, além de monitor ou zelador dos educandos com precisões de ajuda nas atividades de higiene pessoal, alimentação adequada, locomoção, dentre outras, que demandem assistência direta na rotina escolar.

Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da Educação Especial contribuem para a ampliação de oportunidades escolar, formação para o trabalho e uma efetiva participação social.

Na Educação Superior, a educação especial acontece por meio de ações que promove o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem desde o planejamento até a organização de recursos e serviços para a acessibilidade nas



comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

2. PÚBLICO ALVO

A Educação Especial constrói a proposta pedagógica da escola, decidindo o seu público-alvo, aqueles alunos com deficiência, Transtornos globais de desenvolvimento e altas Habilidades/Superdotação. Nesses casos acima e outros, que aludem em transtornos laborais específicos, a educação especial age em paralelo com o ensino comum, norteando para o acolhimento às necessidades educacionais especiais desse público.

Para o Ministério da Educação (MEC), entendem-se alunos com deficiência todo aquele que possui dificuldades de extenso período, de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, que em confronto com diversos obstáculos tendem a limitar sua colaboração efetiva na escola e sociedade.

Com relação aos alunos que possuem transtornos globais do desenvolvimento é todo aquele apresenta modificações qualitativas das influências mútuas, com inúmeros interesses e atividades restritas, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Segundo Miranda (2010, p.62), ao falar sobre os saberes imprescindíveis para atuar na escola inclusiva, assegura ser a incorporação de alunos com deficiência no ensino comum o maior desafio para o sistema educacional.

A Sala de Recursos Multifuncional tem por finalidade atender pedagogicamente alunos com necessidades educativas especiais, suplementando e flexionando o Currículo do Ensino Regular, aferindo cada situação, recepcionando-os individualmente ou em pequenos grupos, em sala de aula, dando apoio complementar aos professores e pais que lidam diretamente com as dificuldades de seus filhos estes alunos com cegueira, baixa visão, transtorno globais do desenvolvimento, surdez, deficiência intelectual e alta habilidades e superdotação matriculados na rede de ensino.



A Sala de Recursos Multifuncional é muito relevante, haja vista que promove apoio educacional suplementar importante para que este aluno desenvolva e persevere na classe regular.

Objetivando a avaliação dos transtornos dos alunos é preciso que a escola foque nos aspectos pedagógicos atinentes no alcance da língua oral e escrita, na interpretação, na produção, nos cálculos, no sistema de numeração, nas medidas, dentre outras coisas, advinda de um parecer psicológico juntamente com um parecer fonoaudiólogo ou médico.

A construção do vínculo efetivo é o primeiro passo para o sucesso da sala, pois o aluno especial precisa confiar no professor, conhecer, depositar uma intimidade no processo de aproximação e confiança.

Em contrapartida o professor tem que se dispor a trabalhar com esse público, respeitar e entender as limitações de cada um é o começo para reconhecer o potencial e capacidade na construção de um desenvolvimento voltado para o aprendizado que às vezes pode ser lento paulatino e regressivo, ou como o caso dos superdotados desenvolvidos exageradamente em uma área e subdesenvolvidos em outras com problemas de adaptação ao meio e relações sociais e interpessoais.

2.1 Alunos com deficiência: Transtornos Globais de Desenvolvimento

Os indivíduos portadores de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) iniciaram o seu reconhecimento por meio das Nações Unidas como favorecidos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, permitindo-os o direito constituído de estudar na Rede Regular, levando a conhecer cada um pelo seu potencial e com maneiras individualizadas de aprender.

A sugestão atual e inclusiva exige que a pessoa com a deficiência necessite estar inserida no sistema educacional, haja vista que proporcionará e promoverá ao indivíduo maior capacidade e qualidade em sua aprendizagem independente da deficiência que apresenta.

A educação é um direito constituído abrangendo a todos, conforme estabelece o artigo 208, da Constituição Brasileira de 1988, onde prevê que o dever do Estado com a



educação será efetivado por meio de garantias de um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Partindo desta máxima, atualmente existe ampla legislação em vigor que ampara as pessoas com deficiências especiais, que tende a assegurar a igualdade de oportunidades educacionais inclusivas, voltada para o desenvolvimento da cidadania, com a finalidade do desenvolvimento da autonomia individual e social e de suas capacidades físicas e emocionais deste grupo.

2.2 Alunos com Altas Habilidades/Superdotação

Para perceber a e as Altas Habilidades/Superdotação, é necessário ter em mente que a maioria das crianças é inteligente e curiosa, querem sempre descobrir coisa novas. No entanto, as consideradas superdotadas são aqueles que apresentam uma habilidade acima do esperado a sua idade, ou um talento próprio envolvendo qualquer idade, como um talento musical seletivo, uma habilidade especial para desenho ou outras artes, um raciocínio matemático muito acelerado, entre outros.

As características mais relevantes para este grupo são: disposição para pensamentos abstratos e associativos; ampla capacidade de contemporizar o aprendizado para circunstâncias reais; costumes cooperativos; habilidade de articulação, rapidez para síntese e crítica de conceitos; disposição para inovação; espírito de liderança e organização e estruturação de grupos; inclinação para analisar fenômenos; habilidade de compreensão sobre outros pontos de vista; inteligência apurada.

Em contrapartida, geralmente apresenta problemas tais como: inflexibilidade e aversão ao meio; Dificuldade em ceder a imposições e à autoridade; Dificuldade para aceitar a superficialidade, relativo à falta de estrutura e da rotina; problema em aceitar as situações que avaleie como tediosas. Geralmente as características são percebidas pelos pais e professores, devendo assim, direcioná-los a um psicólogo ou psicopedagogo, que, através de exames e de um acompanhamento sucessivo por determinado período, poderá chegar ao diagnóstico de superdotação.



No começo, as crianças que apontam para Altas Habilidades/Superdotação não são consideradas gênios, devendo dessa maneira, considerar como pessoa com habilidades e talentos particulares de amplo potencial e se bem desenvolvido poderá colaborar de forma efetiva com a comunidade ou sociedade.

Para o Ministério da Educação (MEC), Saberes e Práticas da Inclusão são fundamental para Desenvolvimento Competência no atendimento às necessidades educacionais especiais de Alunos com Altas Habilidade/Superdotação, o professor, juntamente à família, é o responsável principal pela percepção de talentos específicos entre os seus alunos.

Conduzindo posteriormente o aluno com Altas Habilidades/Superdotação para a Sala de Recursos Multifuncional, de maneira que suas habilidades consistir em desenvolvimento e aproveitamento.

Entretanto, é necessário saber que a criança pode demonstrar alta habilidade própria para arte, e permanecer um aluno de desenvolvimento peculiar nas outras áreas, onde o aprendizado precisa ser tratado de forma natural, da mesma forma dispensada aos demais alunos da sala regular.

2.3 Alunos com Deficiência Visual

Para Sá (2007), Alunos com deficiência visual é aquele que possui uma alteração integral ou muito grave de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de maneira irreversível a capacidade de perceber: à distância, a cor, o tamanho, a forma, o movimento ou a posição. Esta deficiência visual pode acontecer desde o nascimento, bem ainda, posteriormente, habitualmente conhecida como adquirida.

Existem casos, que pode se agregar a deficiência visual com a deficiência auditiva, ou até mesmo, outra deficiência o que engloba esse individuo no grupo dos múltiplos deficientes. Cada indivíduo em particular aumenta os seus processos individuais de codificação que geram as imagens mentais. A capacidade para identificar, decifrar, assimilar as informações será alargada em consonância com a pluralidade das experiências, a



variedade e qualidade do material, a clareza, a naturalidade e a maneira como o comportamento exploratório é excitado e desenvolvido.

A visão opera na ordem dos sentidos e ocupando uma posição relevante na percepção e na conexão das formas, dos contornos, dos tamanhos, das cores, bem como, das imagens que estabelecem a conciliação de um ambiente ou paisagem. Trata-se do elo que interagem entre os demais sentidos, possibilitando a integração do som e a da imagem, do copiar um gesto ou um procedimento e desempenhar uma atividade exploratória restrita de um ambiente ora demarcado.

Com relação ao trabalho com alunos com baixa visão fundar-se no início de instigar a utilização integral do potencial de visão dos sentidos remanescentes, e sobressaindo perante os problemas e conflitos emocionais.

No ambiente escolar, os professores habitam a confundir ou interpretar de forma equivocada algumas atitudes e condutas de alunos com baixa visão que varia entre o enxergar e o não enxergar. Estes grupos apresentam algumas limitações de percepção quando, apontam objetos ou materiais sem contrastes, objetos em locais mal iluminados, objetos em movimentos, em fim objetos apresentados de maneira não harmônica com a potencialidade da sua visão.

As atividades para este público devem oferecer satisfação, estimulação e motivação, promovendo a iniciativa e sua autonomia, tendo como objetivos principais para o exercício da visão, evitando assim, ocorrências de conflitos emocionais, sociais e psicológicos, que atuam no contexto visual. Desse modo, observa-se que o ambiente agradável contribui de forma positiva no comportamento e aprendizagem do aluno de baixa visão.

Segundo Sá (2007), para que aconteça um aprendizado completo e significativo faz se necessário à coleta de informações através dos sentidos remanescentes. Os sentidos da audição, o paladar, o tato e o olfato são relevantes canais ou porta de entrada de dados e informações que serão conduzidos ao cérebro.

Aplicação das linguagens oral e escrita revelarem-se nas habilidades da fala, da audição, da leitura e da escrita, sendo trabalho do professor observar como os alunos se interage com os seus colegas de aula e com os adultos e verificar a qualidade da experiência



acessível nos diversos casos de aprendizagem, considerando que a linguagem aumenta o desenvolvimento cognitivo, pois beneficia o relacionamento e promove os meios de controle do que está fora da abrangência do campo da visão.

Para aprendizagem dos alunos com deficiência visual, a escola de ensino oferece o sistema braile, criado por Louis Braille, na França, no ano de 1825, conhecido mundialmente como código ou método de leitura e escrita destinada às pessoas cegas. Fundamenta-se na combinação de sessenta e três (63) pontos representam pelas letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A escrita Braille é feita através de uma régua de madeira, plástico ou metal, titulada como reglete, punção ou até mesmo de uma máquina de escrever Braille.

Atualmente o meio digital aumenta expressivamente as probabilidades de produção e impressão de material em braile. Existem disponível no mercado vários tipos de impressoras com capacidade de produção de pequeno, médio e grande porte, representando significativamente uma boa qualidade e quantidade de forma ágil em menor tempo, tive a oportunidade de conhecer uma impressora no Núcleo de Produção Braille, situado no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, da Secretaria de Estado da Educação.

Com relação aos recursos didáticos para os alunos com deficiência visual pode-se destacar a existência de recursos tecnológicos, jogos pedagógicos como fatores predominantes para que as situações de aprendizagem aconteçam de forma mais agradável e satisfatória. Com um pouco de bom senso, criatividade e vontade de contribuir é possível escolher, confeccionar ou até mesmo adaptar recursos amplos ou até mesmo de uso exclusivo.

2.4 Alunos com Deficiências Físicas, Sensorial, Mental

Reconhecer uma pessoa com uma deficiência física, sensorial ou mental, é uma tarefa importante, a cada dia, recebemos milhares de informações, porém, registramos e empregamos aquelas que, de alguma maneira, sejam expressivas para nós e separamos outras não relevantes. Absorvemos aquilo que convivemos e a oportunidade das relações,



dos exercícios, das análises e do aprimoramento do cumprimento das tarefas trará com relação à diferença na qualidade e quantidade de coisas que poderemos aprender no decorrer de nossas vidas, segundo, o Ministério da Educação (MEC, 2003, p.19),

De acordo Piaget a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas. O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturbam-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e, para superar este desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas.

O aprendizado começa precocemente, na principal fase do desenvolvimento infantil a criança especializa e acresce seu repertório de afinidades e procedimentos por meio dos movimentos e das sensações que este lhe promove; das ações que são executadas sobre o meio, da reação do meio, da relação do meio, igualmente percebida por ela. Percepções absoldidas, percebidas, armazenadas, geram um banco de dados que futuramente será retornado em processamento abstrato e complexo.

Dessa maneira podemos falar a partir da evolução da criança no autocontrole da sua postura e movimento, esta terá a capacidade de deslocar-se e crescerá sua exploração do meio, proporcionando novas sensações ao seu corpo. A criança com deficiência física deve estar no meio da sociedade para desenvolver suas habilidades motoras, é necessário que aufera igualmente os benéficos tecnológicos, onde os benefícios de reabilitação estejam em constante interação com o ambiente ao qual está inserida.

Constitui mais significância quando a criança tem com quem falar para o desenvolvimento desta habilidade e da mesma forma a de andar, assegurando o seu direito de ir e vir sem ressalvas.

A escola é um espaço de interação, que nos motiva a comunicar, a sentir a precisão de movimentar, entre outras inúmeras capacidades humanas. A capacidade humana é bem mais proveitosa quando é interagida e compartilhada com outras pessoas, A escola deve oportunizar que a criança com deficiência física não fique isolada, fora do convívio dos demais colegas.

Desse modo, o ambiente escolar deve promover mecanismos vivenciados pelos os diferentes grupos particulares de alunos, através de brincadeiras corporais, estórias,



formas, cores, sensoriais, tempo e espaço e, sobretudo afeto. A criança precisa vivenciar movimentar, mesmo da sua forma diferente, para aprender a descobrir, a tocar, a percepção de comparar como qualquer outra criança de sua idade. A escola tem o papel de orientar os demais, alunos e professores de como se comportar perante esta situação nova.

Através do Decreto 3.298 de 1999, da Legislação Brasileira, preconiza que sobre o conceito de deficiência e deficiência física, conforme segue:

Art. 3º Para efeitos deste Decreto considera-se:

I – Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Art. 4º Deficiência Física – alteração completa ou parcial de uma ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

No ambiente escolar é normal encontrar alunos com distintos diagnósticos, contudo, é importante que os professores, coordenadores tenham conhecimento do perfil de cada aluno, um histórico minucioso, com intuito de saber lidar com eles e reconhecer as situações inusitadas que poderá apresentar no processo cotidiano e saberem lidar com estes interferências.

2.5 Alunos com Deficiência Auditiva

Os surdos deparam com vários entraves para participar da educação escolar, em função da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas para este público. Estes grupos podem sofrer restrições, em virtude da falta de motivação adequada ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter danos relevantes no aumento da aprendizagem.

Para Silva (2007), Observar a educação escolar das pessoas com surdez nos reproduz não só a questão alusiva aos seus limites e possibilidades, bem como, também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com eles.



A inserção da pessoa com deficiência auditiva na escola de ensino regular demanda que se possibilite mecanismo para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. Aprimorar a escola regular é fundamental para esses alunos.

Dorziat (1998), ressalta que:

Os mestres necessitam conhecer e usar a língua de sinais, porém, deve-se considerar que a simples atitude não é satisfatória para escolarizar o aluno com surdez, sendo assim, a escola deve incrementar ações voltadas para os alunos regular, compartilhando com os alunos com surdez, este é o desafio principal. Ambiente estimulador, inovador, que desafie o pensamento e explorem suas habilidades.

O local onde a pessoa com deficiência auditiva está inserida, fundamentalmente a escola, no caso em que não se promova condições para que haja trocas simbólicas com o meio físico e meio social, não pratica ou provoca a habilidade representativa desses indivíduos, conseqüentemente, poderá levar o comprometimento do desenvolvimento do pensamento.

A proposta da educação inclusiva para os alunos com deficiência auditiva é um desafio, tanto para sociedade, pais, bem ainda, para educação brasileira, devendo ser considerada que os alunos com este tipo de deficiência têm também todo o direito a acessibilidade e conhecimento com os demais alunos comuns.

É necessário ampliar o campo sócio político, superando a visão que restringe o uso desta ou daquela língua. Segundo Silva (2007) as tendências de educação escolar para pessoas com deficiência auditiva concentram na inclusão desses alunos na escola comum ou na sala de Recursos Multifuncional, onde apontou três tendências educacionais, sendo estas: Oralista, Comunicação Total e a abordagem através do Bilinguismo.

Oralismo aponta a capacitação do indivíduo com a surdez utilizando língua da comunidade ouvinte na modalidade oral, com única possibilidade linguística, de maneira que seja viável o uso da voz e da leitura labial, tanto na escola com na vida social.

Para Sá (1999), A tendência Oralismo ainda não atingiu resultados plenos, haja vista que, apresenta déficits cognitivos, acendem dificuldades no relacionamento familiar, rejeita o uso da língua de Sinais, discrimina a cultura surda e nega deferência entre surdos e ouvintes.



Com relação à tendência comunicação total é avaliado todos os atributos da pessoa com surdez empregando todo e qualquer recurso disponível objetivando a comunicação, a fim de potencializar as influências sociais, avaliando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos. Já com relação à abordagem por meio do bilinguismo aponta para capacitar a pessoa com surdez para utilização de duas línguas na rotina escolar bem como na vida social.

3. IDENTIFICAR O FUNCIONAMENTO NA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE PALMAS

O Estado do Tocantins possui aproximadamente, trezentos e doze (312) turmas distribuídas em cento e quarenta e sete (147), unidades escolares dos oitenta e dois (82) municípios difundidos pelas treze (13) Diretorias Regionais de Gestão e Formação. Perfazendo um total, de duzentos e dois (202) professores que atende cerca de três mil e trinta (3.030) alunos tocantinenses com necessidades especiais.

Foi implantado, organizado e aprovado o funcionamento do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), com sede no Município de Palmas, tendo como a finalidade de promover e garantir a institucionalização, em nível de governamental, do atendimento ao aluno cego e de baixa visão da Educação Infantil ao Ensino Superior; a habilitação de profissionais e demais recursos humanos da comunidade, apontando sempre pela e o aumento dos serviços e atendimento especializado.

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) recebe ajuda administrativo e pedagógico da Gerência de Educação Especial da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins.

No referido local observei 04 (quatro) núcleos criando assim, a sua estrutura organizacional: Foram implantados no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), quatro núcleos distintos sendo esses: Núcleo de Produção Braille; Núcleo de Apoio Didático; Núcleo Tecnológico e Núcleo de Convivência.



Núcleo de Produção Braille – núcleo responsável por confeccionar materiais didático-pedagógicos para os alunos, para a biblioteca, bem como para a escola especializada;

Núcleo de Apoio Didático Pedagógico – núcleo responsável pela guarda e distribuição dos materiais e equipamentos para o apoio dos alunos como os recursos de itinerantes e recursos variados, professores e comunidade, além da promoção e realizações de capacitações e acompanhamento através de orientações diversas referentes à educação inclusiva:

Núcleo Tecnológico – Responsável pelos equipamentos e materiais de acesso à tecnologia moderna de produção de materiais didático-pedagógico e responsável também, pelo suporte aos deficientes visuais.

Núcleo de Convivência – Trata de um ambiente físico responsável em promover a convivência, a troca de experiência, bem como a pesquisa e o desenvolvimento das atividades lúdicas que dar prazer e aprende se divertindo e por fim e atividades culturais, que desperta talentos e forma cidadãos para a sociedade.

Atualmente o horário de expediente do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), é das 12h30min às 18h30min horas, no período de segunda a sexta-feira. Compete também a este Centro, a realização de Cursos de Capacitação para as Instituições que trabalham com portadores de necessidades especiais na área de deficiência visual, bem como, para os professores específicos para essa área, em parceria também com as administrações Federal, Estadual e Municipal ou com Associações Filantrópicas.

Foi implantado, organizado e aprovado o funcionamento do Centro de Capacitação de profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), com sede no Município de Palmas, tendo como a finalidade de oferecer serviços de capacitação aos profissionais da Educação, tanto infantil, como Superior, que desejam atuar com pessoas surdas, garantindo sempre um atendimento pedagógico, o ingresso permanente do aluno com deficiência auditiva à vida sócio educacional, além da responsabilidade de apoiar os municípios do Estado do Tocantins. Centro possui na sua



estrutura funcional, profissionais graduados, licenciados, na área da Educação, fonoaudiologia, Instrutor Surdo e Intérprete.

3.1 Como funcionam a Sala de Recurso Multifuncional nas Escolas

Nos últimos anos, mudanças significativas vêm ocorrendo no espaço escolar. Essas mudanças, decorrente do processo que vem garantindo a inclusão dos alunos deficientes na escola e na sociedade por meio de marcos legais tem seu histórico muito mais longínquo do que se imagina e vêm garantindo transformações tanto de ordem econômica como social. Isso se tornou visível a partir do momento de luta pela inclusão social e pela mudança de paradigma na atenção as pessoas Deficientes.

Um exemplo é o documentário do filme O Milagre de Anne Sullivan, do autor Artur Penn, baseado na vida fidedigna de Helen Keller, O filme expõe que o indivíduo não consegue trabalhar com a situação diária de uma pessoa cega, muda ou surda e a superproteção interfere no desenvolvimento e aprendizagem das pessoas especiais, por ausência de conhecimento.

A professora Anne conheceu a Helen Kellen, apenas com seis anos e oito meses, cega, surda e muda, desde seus 19 meses de idade, a pequena Kellen não tinha habilidades para comunicar-se com as pessoas, com a convivência com a professora, ela percebeu que a mesma não manuseava as mãos para dialogar, e a partir daí iniciaram um processo de aprendizagem, e a Kellen queria falar com sua boca, e a professora achou impossível, contudo, a partir do sentir a garganta da professora, começou o processo de alfabetização, palavra por palavra, e a partir de várias lições, aprendeu a falar a frase *eu não sou mais muda*.

Por a família não acreditar no potencial na professora a teve algumas relevantes dificuldades, contudo, não deixou abater, continuou a ensinar a sua aluna a desenvolver o processo da fala, através da sua boa vontade, perseverança, apoio incondicional, através da paciência da professora se realizou uma conquista importante e fundamental para o crescimento intelectual e humano.

Um aspecto básico de fundamental importância na educação desses alunos é a Sala de Recursos Multifuncional pensada e estruturada pelo Ministério da Educação onde



profissionais especializados estão prontos para dar total apoio a esses alunos, familiar e professores das salas de ensino regular.

A Escola Estadual Gestão Um é referência em atendimento alunos com Necessidades Especiais em Palmas, em decorrência da disponibilidade da Educação Especial advinda da Sala Recursos Multifuncional.

A aludida escola atende atualmente trinta alunos, dividido em turno alternado, um período na sala regular e outro na Sala de Recursos Multifuncional.

A escola produz e disponibiliza vários materiais didático-pedagógicos tais como: cartazes, jogos, palavras com figuras, quebra-cabeças, jogos virtuais, bem como, material para as atividades em libras.

Nota-se, que o espaço físico destinado à mencionada sala é um ambiente apropriado para o atendimento educacional especializado, permitindo o aproveitamento dos recursos disponíveis, além de provocar um ambiente agradável para todas as partes envolvidas no processo de aprendizagem.

Há um professor específico, habilitado para realizar o atendimento educacional especializado na Sala de Recursos Multifuncional, permitindo um atendimento individual para cada aluno.

Nota-se também que a proposta de recursos multifuncional está encartada no projeto da escola, permitindo assim, um apoio integral e igualitário a todos. Por fim, a coordenadora informou que não existe a necessidade de aplicação de outros recursos para a realização do atendimento educacional especializado, asseverando que os atuais recursos aplicados são suficientes para atender a demanda, de acordo com o disposto na legislação própria do Ministério da Educação (MEC).

A Coordenadora entrevistada expôs que o desenvolvimento do educando na sala especial, promove o incremento das condições motoras, a autonomia das inúmeras atividades diárias.

A Escola Estadual Gestão Dois é também uma referência em atendimento alunos com Necessidades Especiais em Palmas, em razão da oferta da Educação Especial através da Sala Recursos Multifuncional.



A referida escola atende atualmente vinte alunos, sendo dividido uma hora para cada aluno, além de realizar atendimento educacional especializado para dois alunos, sendo um da rede particular com convênio e outro particular o que comprova a garantia desse atendimento a todos.

Na sala de recursos multifuncional são produzidos diversos materiais didático-pedagógicos acessíveis como: cartazes, jogos, palavras com figuras, quebra-cabeças, jogos virtuais, além de todo material para as atividades em libras.

Existe ainda, o mecanismo de monitoramento e avaliação do uso e funcionamento da sala de recursos multifuncional, onde permite aferir o desempenho de cada aluno, de acordo a capacidade e habilidade apresentada. Segundo a Coordenadora da sala de recursos multifuncional o Ministério de Educação (MEC) é parceiro junto à escola, tanto no apoio pedagógico, como na entrega de materiais, assegurando assim, comprometimento com a educação especial no Estado do Tocantins.

A coordenadora informou que, existe um professor específico, capacitado para realizar o atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais, possibilitando um atendimento personalizado para cada aluno ali matriculado.

Foi identificado também que a proposta de recursos multifuncional está inserida no projeto da escola, permitindo um apoio integral e igualitário a todos. Por fim, a coordenadora relatou que não existe a necessidade de aplicação de outros recursos para a realização do atendimento educacional especializado, assegurando que os atuais recursos aplicados são suficientes para atender a demanda, de acordo com o disposto na legislação própria do Ministério da Educação (MEC).

É visível o desenvolvimento do educando na sala especial, pois promove o desenvolvimento das condições motoras, a autonomia em inúmeras atividades do dia a dia, conforme relatou a Senhora Coordenadora entrevistada.

3.2 Quais as contribuições das atividades desenvolvidas na Sala de Recursos para o aprendizado do aluno especial.



Para Rodrigues (2000), a Educação Inclusiva é um rompimento, um corte com os valores da Educação Tradicional: a educação inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos.

A educação sabe reconhecer as diferenças, trabalha de forma igualitária com elas, possibilitando assim, o desenvolvimento do aprendizado e funcionalidade por meio das escolas públicas e privadas, promovendo uma mudança na maneira de pensar e agir do educador, por meio desafiador na aplicação do conteúdo e na sua maneira particular de ensinar.

Dessa forma, percebe-se que para ensinar de maneira qualitativa faz-se necessário quebrar paradigmas, abandonar formas padronizadas do ensino regular e identificar o perfil destes alunos, o que deve ser observado e aperfeiçoado permitindo um aprendizado satisfatório onde o aluno aprende e a escola ensina.

Nota-se que, as duas escolas possuem os mesmos objetivos, oferecer um atendimento diferenciado e próprio para cada indivíduo, onde a proposta de recursos multifuncional está integrada no projeto da escola, possibilitando um apoio integral e social a todos, através dos recursos aplicados conforme as exigências do Ministério da Educação (MEC) e respaldar o aluno quanto a flexibilização do currículo tornando compreensível o entendimento dos eixos temáticos estudados no Ensino Regular.

Na Escola (Gestão Um), existem relatos importantes dos alunos da turma, extraído da própria escola: Pedro Maciel começou a frequentar a Sala Multifuncional da (Gestão Um) no ano de 2008, atualmente, Pedro Maciel cursa o 6º ano regular do Ensino Fundamental na própria unidade e reconhece o quanto aprendeu na turma especial. Outro aluno afirma que: Eu aprendo muitas coisas aqui, em especial a matemática, a explicação que eu não entendo na sala com os outros alunos, a professora aqui me explica até eu entender. Depois que eu comecei aqui, eu melhorei muito, e a turma é muito amiga, um ajuda o outro; é bem legal, conta o aluno de 14 anos, veterano. Já a Priscila Silva, de 17 anos, é novata na sala, chegou à turma no início de 2013, mas, apesar do pouco tempo, a aluna já nota muitas melhorias e afirma: quando eu vim, eu tinha muito mais dificuldade; agora eu já consigo ler, fazer as tarefas sozinhas, e isto está me ajudando na outra sala, em



especial nas minhas matérias prediletas, que são Português e Matemática, afirma a estudante do 9º ano do Fundamental no Regular da Escola de Gestão Um citada acima.

Com referencia a Escola de Gestão Dois, conversa aconteceu apenas com uma aluna em razão do horário que foi realizado a visita, mas, foi percebido que trata se de um aluno esperto, animado, interessado nos estudos, gosta de ir escola, gosta da professora, adora brincar com os jogos disponíveis na escola, demonstrando a importância da Sala de Recursos Multifuncional para seu desenvolvimento intelectual, efetivo e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a discrepância entre a teoria e prática, uma vez que na teoria apresentam fundamentação por meio de legislação, normas, projetos, contudo, na prática, a realidade anda distante da teoria apresentada.

Nota-se, que os educadores da Sala de Recurso Multifuncional das Escolas selecionadas apresentam efetivamente o compromisso com a educação especial para os alunos matriculados na referidas escolas.

É evidente que todas as pessoas têm direito a uma educação de Qualidade. É sabido que a educação é o fundamento para o desenvolvimento do cidadão, e a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, é uma maneira de assegurar a probabilidade de seu crescimento. Entretanto, entendemos que as barreiras são várias, ficando mais evidentes quando analisamos de forma mais crítica a realidade da sala de aula.

A inclusão do aluno na Sala de Recursos Multifuncional, não é simplesmente um fato, mas um processo contínuo, com suas etapas, precisando ser avaliado e redesenhado de acordo a realidade de cada aluno. Perante os estudos, as análises, a entrevista pode-se pontuar que é importante uma maior efetividade dos pais no processo de aprendizagem do filho, acompanhar de forma efetiva, apoiar e colaborar com a escola na qual o filho está inserido.



REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 1996.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (2011). [SRM- Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados](#). Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. spe1. Página visitada em 04 de fevereiro de 2014.

DORZIAT, Ana; FIGUEIREDO, Maria Júlia F. Problematização o ensino de Língua Portuguesa na educação de surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES, nº. 18/19, P. 3241, dezembro/2002-JULHO/ 2003.

_____,LEI Nº. 2.139, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009. (Estado do Tocantins, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 2.970). In:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/diretrizesl.pdf>.Página acesso em 07 de fevereiro de 2014

_____, Presidência da República. Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília, nº221, 18 de novembro de 2011. Seção 01.p.12.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

DENISE, de O. Alves SRM-(Espaço para atendimento educacional especializado). MEC. (2006). Página visitada em 04 de fevereiro de 2014.

LAKATOS EM, & Marconi MA. Pesquisa bibliográfica. In: _. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001: 43-7.

MARTINS, Lúcia A. [ET AL] org. Inclusão: Compartilhando Saberes. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais/2010, do Ministério da Educação.



MAZZOTTA, M. J. Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MEC. Ministério da Educação, (Conselho Nacional de Educação) Resolução nº. 04, de 13 de julho de 2010. Disponível em: www.mec.gov.br/cne. Página visitada em 12 de fevereiro de 2014.

MIRANDA, C.R.S. A Educação inclusiva e a escola: saberes construídos. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010, Página acessada em 26 de fevereiro de 2014

PIAGET, J.A construção do real na criança.2.ed.Rio.de. Janeiro. Zahar.1975.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL. In: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfnDsAD/projeto-implantacao-das-salas-recursos-multifuncionais>. Acesso em 07 de dezembro 2014.

PORTARIA NORMATIVA Nº.- 13, de 24 de abril de 2007, que Dispõe sobre a criação do (Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais), do Ministério da Educação.

RODRIGUES, D. (O Paradigma da Educação Inclusiva- Reflexões sobre uma agenda possível.) Revista Inclusão, In: <http://repositorio.ul.pt/bitstream> p. 10, 2000. Acesso em 13 de março de 2014.

SILVA, Allany Calaça da, SILVA, Rosiene Maria da e DUARTE, Ana Maria, Sala de Recursos Multifuncionais nas Escolas do Campo: Utopia? da Universidade Federal de Pernambuco – CAA.

SÁ, Nídia Limeira.A produto de significados sobre a surdez e sobre os surdos: práticas discursivas em educação. Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU-Tese de Doutorado, 2001.

SÁ, Elizabet Dias. CAMPOS Izilda Maria e SILVA M. Beatriz Campolina. Deficiência Visual: Atendimento Educacional Especializado São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

Vygotsky LS. Pensamento e linguagem. Lisboa: Antídoto; 1979